

## APRESENTAÇÃO

---

Olá, é com vivo entusiasmo que apresentamos o dossiê temático **ASPECTOS POLÍTICOS E PEDAGÓGICOS DO ENSINO DE SOCIOLOGIA**, tendo como eixo privilegiado a realidade do Ensino de Sociologia na Educação Básica brasileira. Ao longo dos textos, o leitor poderá experimentar diferentes abordagens relativas à presença da Sociologia na realidade escolar do país, compartilhando visões e experiências de professores, pesquisadores e estudantes.

No primeiro artigo, **PERCEPÇÕES DE UM ALUNO, ESTUDANTE – PROFESSOR – EDUCANDO, ALUNO: relatos de experiências, vivências e de campo ou atuação professoral**, *Marcelo Barboza Duarte* produz um ensaio com reflexões teóricas articuladas com as vivências dos autores como estudantes e como professores da Educação Básica em escolas públicas. Dessa forma, a análise crítica e problematizadora aborda a prática docente, investigando suas contradições, conflitos, antagonismos e as dissonâncias entre discursos e ações pedagógicas.

Subsequentemente, em **POLÍTICA EDUCACIONAL DO GOVERNO BOLSONARO E CONTRARREFORMAS ARTICULADAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**, *Michelângelo Marcos Torres* analisa as políticas educacionais para a Educação Profissional e Tecnológica implementadas no governo Bolsonaro (2019-2022), em um contexto marcado por controvérsias, embates políticos e contradições. No mérito, o texto compreende tais políticas como parte de um projeto mais amplo de contrarreformas educacionais, alinhadas a concepções ultraneoliberais e influenciadas por tendências neofascistas articuladas sob o governo Bolsonaro.

No terceiro artigo, **IDENTIDADES DOCENTES EM SOCIOLOGIA FRENTE A REFORMA DO ENSINO MÉDIO**, *Vinicius Carvalho Lima, Marcelo Cigales e Sara Esther Dias Zarucki Taba* adotam como referencial teórico os conceitos de *habitus* (Pierre Bourdieu) e *socialização profissional* (Claude Dubar) para analisar os impactos da Reforma do Ensino Médio (implementada no Brasil em 2017) na reconfiguração das identidades docentes em Sociologia. Trata-se de um estudo quantitativo-descritivo, baseado na análise de questionários respondidos por 185 professores de todas as regiões do país em 2022, e cujos dados foram processados por meio do software estatístico Stata (*Statistical Software for Data Science*).

Em seguida, em **GAMIFICAÇÃO E METODOLOGIAS ATIVAS: estratégias de inclusão no ensino de língua portuguesa no ensino médio em uma escola do interior de Minas Gerais**, *Ana Cláudia Sila Lima* analisa a implementação das metodologias ativas *rotação por estações* e *gamificação* em uma turma do 1º ano do Ensino Médio de uma escola pública em Prados-MG, com foco na inclusão de estudantes neurodivergentes. A intervenção pedagógica centrou-se no ensino do Barroco literário e na produção de narrativas escritas, visando à criação de um ambiente educacional colaborativo e acessível.

No quinto artigo, **OS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA: um breve histórico a partir da Análise de Políticas Públicas**, *Rafael Camargos de Oliveira* examina as políticas públicas voltadas para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil, com ênfase no processo de criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Partindo de uma discussão teórica sobre o conceito de políticas públicas e suas fases de desenvolvimento, a análise focaliza o período dos governos Lula (2003-

2010), quando se consolidou um modelo de EPT articulado com inclusão social e desenvolvimento econômico. No mérito, o texto demonstra que essa nova dimensão da educação profissional respondeu a exigências tanto sociais quanto econômicas, configurando-se como uma política de Estado com potencial transformador. Neste contexto, os Institutos Federais emergiram como espaços estratégicos para a concretização do direito à educação profissional pública de qualidade no Brasil.

Adiante, em **REFORMAS EDUCACIONAIS E A INCLUSÃO DIGITAL NAS ESCOLAS BRASILEIRAS**, *Afrânio Silva, Guilherme Prates, Alaiane Silva e Leonardo Galardo* detectam que a efetivação da inclusão digital no contexto educacional brasileiro esbarra em obstáculos estruturais complexos, intimamente relacionados às desigualdades sociais do país. Os principais desafios incluem: a disparidade no acesso a tecnologias, a precariedade da infraestrutura tecnológica nas escolas e a falta de políticas consistentes para a formação digital de educadores. Neste contexto, embora iniciativas como o Programa Nacional de Informática na Educação (ProInfo) e o Plano Nacional de Educação Digital (PNED) representem avanços significativos, seus resultados ainda são insuficientes para garantir uma verdadeira inclusão digital no âmbito escolar, exigindo, pois, uma visão sistêmica que compreenda a tecnologia como ferramenta pedagógica complementar - capaz de potencializar, e não substituir, o trabalho do professor.

No sétimo, **TEXTO E CONTEXTO: as reformas educacionais e o ensino de Sociologia, hoje**, *Geanne Barbosa, Karolliny Cunha e Lier Pires Ferreira* analisam o lugar da Sociologia na Educação Básica frente às recentes reformas educacionais brasileiras. **A hipótese central testada pelos autores é de que** a Sociologia escolar - conquistada historicamente por meio de lutas protagonizadas por educadores, estudantes, movimentos sociais e entidades sindicais - apresenta uma **incompatibilidade estrutural** com modelos educacionais mercadocêntricos, o que explica sua marginalização recorrente nessas reformas. No mérito, o artigo busca contribuir para o debate sobre os rumos da educação brasileira, destacando como o ensino de Sociologia revela as contradições entre projetos educacionais emancipatórios e lógicas mercantis.

Na sequência, em **A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) E SEUS FUNDAMENTOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS: uma análise à luz da pedagogia histórico-crítica**, *Marcos Geraldo Vieira e Paulo Fioravante Giareta* investigam a política curricular da BNCC no contexto da Pedagogia Histórico-Crítica. Seu objetivo principal é examinar as convergências e divergências entre a política curricular da BNCC e os fundamentos político-pedagógicos dessa pedagogia. Em síntese, o autor considera que a BNCC, ao se alinhar à Pedagogia das Competências, promove uma reinterpretação funcionalista dos princípios e fins da educação escolar, adequando o sistema de ensino às demandas da agenda político-econômica neoliberal. Essa perspectiva distancia-se da proposta da Pedagogia Histórico-Crítica, que, por sua vez, está comprometida com a práxis social transformadora e com processos de escolarização emancipatórios.

Por fim, no nono e último artigo, **INTEGRAÇÃO DE REFERÊNCIAS AFRICANAS NOS CLÁSSICOS DA SOCIOLOGIA: O STATUS EPISTEMOLÓGICO DA SOCIOLOGIA AFRICANA**, *Mateus Augusto Almeida Martins* busca ampliar a discussão sobre os clássicos da Sociologia, adotando uma perspectiva não-eurocêntrica que resgate o contexto histórico de formação dos cânones disciplinares. Para isso, valoriza a sociologia africana e seus pesquisadores, superando as limitações impostas pelo viés eurocêntrico ao desenvolvimento do pensamento africano. Apoiando-se nas contribuições de Diop e Obenga, o autor postula uma reinterpretação ampliada dos clássicos sociológicos, com especial atenção às suas reverberações no contexto brasileiro. No mérito, o texto concentra-se no impacto desses autores na reconfiguração do cânone das Ciências Sociais, promovendo um diálogo crítico com a tradição hegemônica.

Com tais conteúdos, acreditamos que esse número irá contribuir verdadeiramente para o trabalho docente e, mais, para uma reflexão acurada sobre os aspectos políticos e pedagógicos do Ensino de Sociologia.

Desejamos uma ótima leitura!

Lier Pires Ferreira  
Rafaela Reis Azevedo de Oliveira  
Thiago de Jesus Esteves

**Coordenadores**